

O ALICERCE DA ESPERANÇA

ADRIANO MOREIRA

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

Presidente do Conselho Geral

da Universidade Técnica de Lisboa

Não é numa data de alegria descuidada, nem sequer da vida habitual, ainda que fosse monótona, nem mesmo de tranquilidade inspirada pela aceitação de uma mediocridade sem ambição, que situamos, hoje, as celebrações do centenário da República nesta cidade de Bragança. É numa conjuntura de profunda angústia para a sociedade portuguesa, atingida por desafios, com poucos equivalentes no passado, à sua capacidade de reorganizar um Estado responsável pela sua presença na comunidade das Nações, com dignidade, autoridade, e recursos. Digo isto para tornar claro, antes de mais, que é à sociedade civil portuguesa que cabe a primeira responsabilidade e dever de reformular os instrumentos de gestão do seu futuro, constantemente a exigir reconstrução, e resposta consistente à mudança das circunstâncias, hoje mundiais, em que se inscreve.

Com esta observação intento registar uma linha que frequentemente aflora no discurso político, e que encontra no povo português a falta de qualidades que tornam ineficaz e desastrada a governação pública. Não muito antes da

evidência da actual crise nacional, voltaram a circular reeditadas as *Conferências do Casino*, e foi de novo publicado *O Presente e o Futuro de Portugal* (1999) de Augusto Fuschini, uma nova corrente inquieta-se com o que chama o nosso *medo de existir*, a celebração da República relembra as queixas do vencido João Franco em relação às inconsequências do povo, e não falta a leitura de *O Francesismo* de Eça de Queirós, onde estão estas palavras “porque nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em coisas saudosas. Fomos à Índia, é verdade, mas quase três séculos são passados, e ainda estamos descansando, cansados desse violento esforço a que nos obrigaram alguns aventureiros que tinham pouco do fundo comum da nossa raça...”.

De facto, aquilo que mantém actualidade, para ser reeditado de tempos a tempos, são palavras como as que Andrade Corvo escreveu: “é grave a situação de Portugal. Confusão e incoerência de princípios, grande desordem nas finanças, enfraquecimento deplorável da autoridade; falta de confiança na vitalidade do país, e nas suas faculdades políticas e económicas; um desalento inquantificável atrás do qual se esconde um perigoso indiferentismo”. (*In Perigos: Portugal na Europa e no Mundo*, 1870).

Sendo pelo menos evidente que a *circunstância portuguesa*, no exacto sentido de Ortega, mudou radicalmente com a *congregação do fim do Império Euromundista* em que participávamos, e o *globalismo* que aconteceu sem projecto de governança, julgo que, por muito complexa que seja a realidade a compreender e enfrentar, há alguns invocados pressupostos que devem ser repudiados: a afirmação de que é uma visão conservadora infundada, face à dinâmica da mudança em curso, pretender preservar fundamentos essenciais das comunidades, designadamente nacionais, o que desde logo afecta a esperança de encontrar um *paradigma* consistente para o globalismo sem governança que desorienta os poderes em exercício; outra, a de supor que D. Sebastião não morreu num Alcácer-Quibir de fim de Império, e que um Rei vencido será reincarnado em salvador por misteriosa intervenção dos fados.

De facto, sem atribuir uma inevitabilidade estatística à desordem financeira que entre nós precedeu mais de uma vez as crises de regime, garantindo a longevidade do pessimismo queirosiano, tem-me parecido importante, entre as causas, o facto de o nosso povo ter vivido gerações subordinado ao modelo de cadeia de comando, primeiro para a demorada conquista do território nacional, depois para a expansão colonial, também para a Restauração, longamente na última dinastia, e depois no dilatado colapso da República cujo centenário

celebramos. Talvez tenha sido Camilo Castelo Branco, com o seu *A queda de um anjo*, quem primeiro identificou aquilo que seria chamado *classe política*, que ficaria caracterizada pela continuada distância entre o discurso e a acção, entre a realidade da vida da gente que é o povo e as querelas políticas que levaram Bordalo Pinheiro a consagrar no gesto simbólico do seu Zé Povinho a atitude de descrença popular.

Não é porém o melhor conselho este do cruzar os braços, na data em que, por todo o Ocidente, são fracas as lideranças, e proclamada a crise do Estado. Porque o Estado é uma criação cultural para servir o povo, e o que está em crise é esse instrumento, não está em crise a Nação e a sua identidade. E nesta há que chamar à acção as forças, as capacidades, o sentido do dever, que em circunstâncias graves, de um passado longo de séculos, foram capazes de as ultrapassar reorganizando o Estado. Para isso é indispensável que os melhores não se afastem das responsabilidades políticas, que os mais competentes não decidam procurar um futuro noutras latitudes, que a decisão de ficar seja a tónica do amor à comunidade. Começando pela devoção à pátria portuguesa que é a terra de origem, dando novo vigor às raízes em que se apoia e cresce a solidariedade da Nação-Estado, da comunidade maior da área cultural europeia e ocidental, da terra morada comum dos homens. Nesta terra transmontana, que

foi sempre do reino, é o que orgulhosamente fazem os que, sem perder a lucidez e o ânimo, nem perante a pressão da interioridade, nem perante a limitação de recursos, nem perante a crise do Estado que tão frequentemente a esqueceu, recordam a refundação da República assumindo que emergiu uma nova frente de combate pelo futuro, e que estão mobilizados para o enfrentar. É com humildade que agradeço, nestes dias que já são os meus dias do último troço do caminho, que me tenham permitido, chamando-me, avigorar a fé de que estaremos vigorosamente presentes nesta cruzada pelo futuro da nossa gente.

Bragança

05/10/2010